

Reféns do populismo

CRISTIANO ROMERO

Em 2002, o então presidente da Petrobras, Francisco Gros, advertiu investidores americanos, em conferência em Washington, de que, se chegasse ao poder, o PT usaria a estatal para colocar em prática política de preços irrealista e, portanto, nociva à companhia e também aos cofres públicos. O alerta foi corajoso porque, como CEO, Gros em tese não deveria desestimular seus acionistas a continuarem acreditando na empresa. Por outro lado, é missão do dirigente de uma sociedade de capital aberto prevenir investidores dos riscos que correm, não esconder informações (naquele caso, desconfianças) quanto aos possíveis rumos do negócio. Na verdade, o que Gros fez foi dar um grito contra o populismo que grassa na política brasileira, à esquerda e à direita, desde sempre.

Presentes ao evento, diplomatas e funcionários do governo comandado pelo tucano Fernando Henrique Cardoso ficaram constrangidos com as declarações de Gros. Aquela mesma audiência já havia se sobressaltado com o

pronunciamento do então presidente do Itaú, Roberto Setúbal, sustentando, semanas antes do pleito presidencial, que o petista Luiz Inácio Lula da Silva ganharia a eleição e que não havia razões para preocupação - a história mostrou que Setúbal estava certo, embora Gros não estivesse necessariamente errado.

Falecido em 2010, Francisco Gros era um economista liberal, formado em Princeton, uma das mais renomadas universidades americanas. Antes de assumir, em 2002, o comando da Petrobras, presidiu o BNDES e, por duas vezes, o Banco Central (BC). Foi em sua segunda gestão no BC - entre 17 de maio de 1991 e 16 de novembro de 1992 - que um jovem economista chamado Armínio Fraga iniciou a crucial abertura da conta de capitais do Brasil.

Desde 2013, só há resposta populista por parte do setor público

Combinado à conclusão da renegociação da dívida externa,

também naquela época, aquele processo reconectou o país à comunidade financeira internacional, da qual esteve isolado graças aos sucessivos calotes no pagamento da dívida externa desde a crise de 1982. Nada acontece de forma isolada ou por acaso - o trabalho que Gros e Armínio conduziram no BC, em pleno governo Collor, foi fundamental para a acumulação de reservas cambiais que precedeu o Plano Real, lançado em julho de 1994, e foi uma das razões de seu sucesso inicial.

Sem reservas em dólar, a equipe de FHC, então ministro da Fazenda, não teria conseguido adotar, como primeira âncora da nova moeda, a taxa de câmbio. O problema é que, sem o necessário "apoio" das contas públicas, a âncora cambial fora longe demais - de julho de 1994 até o início de 1999 -, tornando o país extremamente vulnerável a crises externas, como se viu naquele período. Liderada na ocasião pelo PT, a oposição acusou aquela política cambial de "populista".

Quando Francisco Gros "gritou" contra o populismo, no segundo





semestre de 2002, atuava como conselheiro informal de Ciro Gomes, então candidato do PPS à Presidência. O populismo a que se referia era outro. Eleito, Lula governou o país por oito anos (de 2003 a 2010) sem submeter a Petrobras à profecia de Gros. Dilma Rousseff, sua sucessora, cumpriu o presságio à risca, o que por muito pouco não quebrou a gigante Petrobras, como revelam claramente os balanços da empresa nos últimos anos. É importante observar que qualquer prejuízo impingido à estatal, e a qualquer uma delas, resulta mais adiante em perda para o contribuinte, que pagará a conta por meio da elevação de impostos.

O populismo sempre nos acompanhou, mas, talvez, tenha se tornado mais impregnado na prática política nacional com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. É verdade que Vargas foi o responsável por modernizar minimamente o Estado brasileiro, mas foi também quem inaugurou a prática da demonização das concessionárias privadas de serviço público (energia, telefonia, trens etc), que desde o início do século XX eram controladas por empresas estrangeiras. A ideia do inimigo transnacional teve forte apelo na década de 1930, mesmo diante do elevado grau de satisfação da população com as concessionárias estrangeiras. Desde então, os brasileiros passaram a ver companhias estrangeiras e privadas com enorme desconfiança.

Durante a ditadura militar (1964-1985), o populismo perdeu força nos primeiros anos, de ajuste da economia, mas reacendeu-se durante a crise de hegemonia dos generais. Há algo mais populista que o antigo FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais), mecanismo que jogava para o Tesouro Nacional a diferença entre os juros pactuados em empréstimos habitacionais e a taxa real, isto é, o juro praticado durante o período do financiamento, ignorando-se, inclusive, a correção monetária (a inflação). A conta foi bilionária, está sendo paga até hoje e decorreu do interesses dos militares em agradar - acalmar, na verdade - a classe média durante os anos de chumbo.

Eternamente em crise, o governo Sarney (1985-1989) também foi pródigo em adotar medidas populistas, mas, nos últimos anos do mandato, a equipe econômica - liderada por Mailson da Nóbrega - começou a desmontar, rodeada de incompreensão, o modelo de Estado e economia fechada erigido pelos militares. Os governos seguintes - Collor, Itamar Franco e FHC - não abandonaram completamente a prática populista - Itamar, por exemplo, exigia que o Banco Central reduzisse os juros bancários por acreditar que era do BC que saía o crédito para empresas e pessoas físicas. Mas é fato que a restrição fiscal que acompanhou aqueles governos diminuiu sobremaneira o espaço para a realização de despesas sem receita

correspondente.

Pelo primeiro mandato, Lula não pode ser acusado de ter sido um populista clássico. O mesmo já não se pode dizer do segundo, principalmente, quando Dilma Rousseff passou a mandar de forma mais efetiva nos rumos do governo - na segunda metade de 2008, após o advento da crise financeira mundial. A gestão Dilma (2011-2016) encarnou o período de maior ocorrência, em décadas, da prática de políticas populistas.

Do Fies (com o Tesouro garantindo 100% da inadimplência) ao controle artificial das tarifas de energia e dos preços dos combustíveis, passando pelos empréstimos do BNDES a juros nominais negativos (abaixo da inflação) para grandes empresas - nacionais e multinacionais -, a ex-presidente não mediu esforços para submeter o Orçamento público ao seu projeto de poder, que é do que se trata o populismo. Não é à toa que, desde as manifestações populares de 2013, as autoridades só conseguem responder às questões levantadas com mais populismo.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E - m a i l :
cristiano.romero@valor.com.br

Despesa menor favorece superávit primário em abril

Por Fabio Graner e Edna Simão
| De Brasília

O mês de abril mostrou um desempenho mais favorável das contas fiscais do governo central, que registrou no mês passado superávit primário de R\$ 7,187 bilhões. Esse valor seria ainda maior não fosse a antecipação de pagamento de R\$ 10,7 bilhões em precatórios. Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, as contas dos próximos meses não trarão este tipo de despesa. "Maio e junho não têm precatórios", disse.

Ele também apontou uma perspectiva positiva, com despesas menores que em igual período do ano passado e uma contribuição de R\$ 3,5 bilhões da incorporação dos recursos do Fundo Soberano do Brasil (FSB) às contas públicas.

Os resultados melhores que o esperado nas contas públicas apontavam, até abril, uma folga de R\$ 6,1 bilhões para o cumprimento da meta de déficit fiscal de R\$ 159 bilhões. No entanto, essa margem foi utilizada para cobrir o impacto dos R\$ 9,5 bilhões de subsídios prometidos pelo governo para reduzir o preço do diesel e, desta forma, tentar conter a paralisação dos caminhoneiros.

Mesmo com esses problemas à vista, Mansueto descartou a revisão da meta de déficit de primário para

este ano. Mas ressaltou que, mesmo se houver pressão de outros setores econômicos, não há espaço fiscal para novos programas emergenciais. A equipe econômica ainda calcula o impacto que a paralisação dos caminhoneiros para a arrecadação de tributos. Na avaliação do secretário, esse efeito, se houver, estará mais presente nos dados do mês de junho, cuja base de cálculo é maio.

Com o superávit de abril, o resultado primário do governo no primeiro quadrimestre ficou deficitário em R\$ 5,448 bilhões, valor que seria positivo se não tivesse ocorrido dois meses de antecipação de precatórios, que somaram R\$ 20,2 bilhões.

Segundo o Tesouro, as despesas do governo federal já consumiram 31% do teto de gastos entre janeiro e abril deste ano. Os dispêndios sujeitos a esse limite constitucional cresceram 9,8%, acima portanto da margem de enquadramento deste ano que é de 7,1%, embora esse limite seja válido para o ano todo. O gasto do Poder Executivo subiu 9,9% (acima da margem de 7,1%), o Legislativo teve alta de 5% (abaixo do limite dele de 9,6%) e o Judiciário, de 10,5% (também acima da margem de 7,2%).

O secretário destacou ainda o bom comportamento da arrecadação neste ano. A receita líquida registrou crescimento real de 7,5% no acumulado do ano. "Grande parte do crescimento da

receita líquida em março e abril decorreu de receitas de concessões", comentou Mansueto, ressaltando que apenas um leilão de petróleo trouxe R\$ 7,5 bilhões a mais para o orçamento.

Mansueto disse também que, apesar da revisão para baixo da projeção de crescimento econômico, de 2,97% para 2,5% neste ano, as receitas continuam se comportando "bem". "Do ponto de vista fiscal estamos construindo um resultado melhor que a meta, o que permite espaço para programa emergencial", disse, acrescentando que o governo está tentando "fazer as coisas de forma transparente".

Mansueto defendeu a equipe econômica, cujos integrantes, inclusive ele, sempre se colocaram contra o aumento dos subsídios, que agora estão sendo elevados por conta da crise dos caminhoneiros. Ele ressaltou que o atual governo conseguiu colocar na agenda a necessidade de redução das subvenções. "Ano passado houve queda de R\$ 30 bilhões em subsídios financeiros e creditícios", disse. "Agora, o governo está dando subsídio e mostrando a conta. É uma decisão de governo e não cabe ao Tesouro ser a favor ou contra", afirmou. Ele disse que não mudou de opinião. "O que critiquei é que as decisões políticas têm que ficar claras. Não faz sentido mostrar o custo e não mostrar a conta".

Governo reduzirá incentivos em vez de elevar imposto, diz Guardia

Por Daniel Rittner, Fabio Murakawa e Raphael Di Cunto | De Brasília

O governo optará por redução de incentivos fiscais e não por aumento de impostos para compensar os novos subsídios dados ao óleo diesel, segundo o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Ele preferiu não especular quais setores da economia são candidatos à perda de benefícios e se comprometeu a anunciar a lista completa de reduções "tão logo" fosse aprovado o projeto de reoneração da folha pelo Senado, o que ocorreu ontem à noite, mas ressaltou que a medida é insuficiente para pagar essa conta.

Dizendo ter sido mal compreendido por declarações feitas na véspera, o ministro descartou ontem a criação de novos impostos ou a alta das alíquotas de tributos existentes. "Não vamos comprometer a situação fiscal do governo. A solução tem que caber no orçamento", afirmou Guardia, em depoimento de três horas e meia à

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

As novas afirmações do ministro foram interpretadas como um recuo após críticas do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que o chamou de "irresponsável" pela defesa do aumento dos impostos como compensação. "Não tem a menor chance", retrucou Maia.

Dos R\$ 0,46 por litro de queda no preço do óleo diesel, conforme explicou aos senadores, apenas R\$ 0,16 são provenientes da eliminação de PIS/Cofins e da Cide sobre o combustível. Os outros R\$ 0,30 por litro são uma "subvenção econômica" que precisará ser assumida pelo Tesouro Nacional. A Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo ele, exige compensação equivalente por meio de três possibilidades: novos impostos, aumento de alíquotas e redução de incentivos.

"Não faremos aumento de impostos. Vamos optar por redução dos incentivos fiscais", ressaltou

Guardia, que foi cobrado por senadores da oposição e até da base aliada. Parlamentares do PT e do PCdoB sugeriram, como alternativa, elevação da cobrança de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para os bancos e o fim do Repetro. Também defenderam, com o apoio de governistas, a absorção pela Petrobras de parte da baixa no valor do diesel.

O ministro da Fazenda defendeu a autonomia da Petrobras na política de preços dos combustíveis e descartou estender os subsídios para a gasolina ou para o gás de cozinha. "Não temos espaço fiscal para isso", disse. Ele tratou de minimizar ainda o impacto da greve dos caminhoneiros no PIB e na inflação deste ano. Se o movimento estiver arrefecendo, como disse que parece ser o caso, os reflexos serão pequenos.

Na Câmara, várias autoridades foram à comissão geral convocada pelos deputados para debater a alta dos combustíveis. O diretor-geral da





Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, afirmou que a realidade tarifária é importante para a competitividade, mas que isso não significa repassar automaticamente as oscilações para os consumidores.

"Realidade tarifária não significa transferência automática de volatilidade de preços para o consumidor. Pode ser usado o sistema tributário para fazer os ajustes necessários", afirmou Oddone. "Além disso, o sistema tributário pode ser ajustado, especialmente o ICMS, com objetivo até de diminuir a evasão fiscal."

O secretário de petróleo e gás do Ministério de Minas e Energia, João Vicente Vieira, disse que a política de preços livres resultou no êxito dos leilões do petróleo e numa série de investimentos no setor. Para ele, o controle de preços representaria um desastre.

"Você vê o que está acontecendo com a ação da Petrobras, em meros

dois dias, pelo simples fato de o governo colocar controle no preço na bomba, atendendo às reivindicações [dos caminhoneiros], teve queda da ação de mais de 30%", afirmou João Vicente. Para ele, houve uma soma de circunstâncias negativas, com aumento das cotações do petróleo e desvalorização do real, que podem ser revertidas mais adiante. "Essa tempestade perfeita que a gente viveu não necessariamente vai se perpetuar ou vai continuar a existir", completou.

Assessor especial da Fazenda, o economista Marcos Mendes argumentou que o valor da gasolina e do diesel no país está abaixo do padrão internacional, que a tributação também é inferior à de outras economias e que o protesto dos caminhoneiros ocorre porque eles não conseguem repassar seus custos para o frete, devido ao excesso de oferta de veículos de carga.

"Não cabe dizer que o diesel é

excessivamente caro no Brasil, não cabe dizer que houve política tresloucada de reajuste. Também não é adequado dizer que a tributação é alta. Uma pesquisa da OCDE com 36 países mostrou que o Brasil é o 32º colocado na lista de quem mais tributa combustíveis", disse Mendes na Câmara. Para ele o excesso de oferta provém de uma política adotada entre 2009 e 2015, quando houve aumento de 700% no volume financiado pelo BNDES para a compra de caminhões. A frota cresceu 217% entre 2005 e 2011.

O representante da Fazenda destacou, porém, que a medida de alívio nos preços do diesel precisa ser temporária para não prejudicar a economia no longo prazo. Para atender à demanda dos caminhoneiros, o governo gastará o equivalente a um terço do Bolsa Família e mais que o orçamento anual do Ministério da Ciência e Tecnologia. "Nosso apelo é para que tenhamos políticas temporárias", concluiu Mendes.